

Mulher, mãe, trabalhadora, cidadã...: condição feminina nas três primeiras décadas do Século XX

Simone da Silva Costa

Doutora em História e Professora da
Prefeitura Municipal de Santa Rita – PB

RESUMO

Este texto tem como objetivo compreender o processo de construção de um ideal feminino adequado aos propósitos políticos, sociais e morais que marcaram as três primeiras décadas do Século XX. A constante publicação de textos sobre o feminino, nos mais diversos periódicos do país, elegia a mulher-mãe moderna como a representante ideal para uma república que abria as portas para o novo, para um conjunto de elementos modernos inspirados nos modelos europeus. A vida moderna, que promovia a emancipação feminina tornou-se alvo de debates nos meios mais conservadores e, principalmente, dentro da Igreja Católica, por representar uma ameaça ao principal organismo social, a família. Nesse contexto, era necessário controlar os ímpetus femininos da época e definir um papel social adequado às mulheres.

Palavras-chave: Mulher; Feminismo; Sociedade moderna.

ABSTRACT

This paper aims to understand the process of building an adequate feminine ideal to political, social and moral purpose that marked the first three decades of the twentieth century. The constant publication of texts on the female, in various journals of the country, elected the modern woman-mother as the ideal representative for a republic that opened the doors for the new, for a set of modern elements inspired by European models. Modern life that promoted women's emancipation became debates target in the most conservative circles, and especially within the Catholic Church, as it represents a threat to the main social body, the family. In this context, it was necessary to control the feminine pressures of time and set an appropriate social role of women.

Keywords: Woman. Feminism. Modern society.

Basta ver o que Deus fez da mulher para saber quais foram os fins para que Ele a criou e, por conseguinte, o que quer que ela seja. A mulher foi feita, antes de tudo, para ser esposa e mãe. Padre Paul Coulet (Rio de Janeiro, O Jornal 26 de junho de 1931).

Ora eu creio que a união dos sexos não é uma vocação, mas um 'destino natural' e não penso, entretanto que a mulher tenha sido feita para isso, ou melhor, "só" para isso, porquanto o homem também foi feito para a procriação e a procriação não limita a sua existência. Sílvia Serafim (Rio de Janeiro, O Jornal 05 de julho de 1931)

Outro fator importantíssimo na evolução social do Brasil futuro é a mulher, deverá representar um papel supremo na nossa ascensão física e moral. Mas para que a mulher brasileira realize esse ideal nacional, precisamos rever os nossos cânones em matéria de educação feminina. Dr. Antônio E. Gouveia (O médico e a mulher, dois grandes fatores do progresso da pátria. Revista Feminina, São Paulo, abril 1927).

Eu sou por esse sistema para facultar à mulher os direitos que ela deva exercitar na luta pela vida. Não sou pela igualdade política, mas pela melhoria das condições sociais e econômicas e, principalmente, pelo acesso a situações que libertem esse ser aparentemente frágil de dependências vexatórias. José Américo de Almeida (Paraíba, Jornal A União, 24 de novembro de 1927).

Os discursos acima são exemplos representativos de vozes que ecoaram no início do Século XX e que participaram do processo de construção do papel feminino considerado adequado para os projetos sociais e políticos para uma República que abria as portas para a modernidade, visando formar uma “nova” nação brasileira e ter como modelo os padrões modernos de civilização e progresso internacionais, compreendidos como mais avançados.

Muitos atores participaram desse complexo processo de construção e divulgação de ideias, comportamentos e valores. Médicos, intelectuais, políticos e a Igreja Católica lançaram seus discursos, nos mais diversos periódicos de todo o país, em defesa de um modelo ideal feminino que atendesse aos padrões morais estabelecidos há séculos e ao processo de modernização e progresso em curso na sociedade brasileira. O Brasil importava o modelo moderno de sociedade, mas, no que se referia ao segmento feminino, havia a preocupação de modernizar sem alterar significativamente a estrutura social. Seguindo esse propósito, a preocupação com o controle feminino se estabeleceu em defesa da mulher-mãe. A referida sociedade moderna, caracterizada pelas transformações ocorridas na sociedade brasileira no início do Século XX, permitiu que as mulheres ocupassem espaços sociais, até então, exclusivamente masculinos. Nesse contexto, a mulher moderna, representada pela mulher emancipada, assumia uma função pública, mas sem abandonar os cuidados com o lar, seu papel social primordial.

Segundo Maluf e Mott (1998), as mudanças no comportamento feminino, ocorridas ao longo das três primeiras décadas do Século XX, incomodaram conservadores, deixaram perplexos os desavisados e estimularam debates entre os mais progressistas. Para as autoras, não faltaram vozes femininas inconformadas com a imagem depreciativa com que as mulheres eram vistas e se viam, sobretudo com a representação que lhes restringia tanto as atividades econômicas quanto as políticas.

Era preciso orientar a sociedade para uma vida em família e um lar harmonioso. Temia-se, com as descobertas da ciência moderna, uma resistência feminina aos cuidados com o lar e com a família, o que conduzia a mulher a preferir a “falsa liberdade”

que a vida moderna poderia lhe oferecer. Nesse sentido, era necessário controlar os ímpetos femininos da época.

Entre a tradição e o moderno, configurava-se um novo comportamento feminino. Definia-se o que significava ser mulher nos novos padrões importados da Europa e da América¹⁷. Questionando a exclusividade da mulher-mãe, um grupo de mulheres também se fez presente nesse momento e ecoou sua voz, na perspectiva de que elas tivessem o direito de serem trabalhadoras, cidadãs, de terem uma educação superior, e não, só de serem mães.

As críticas ao modelo de mulher moderna e emancipada obtiveram mais espaço e expoentes do que os que utilizavam a pena em defesa dos direitos das mulheres e de uma efetiva participação na sociedade. O estigma de mulher masculinizada recaía sobre aquelas que se colocavam ao lado da causa feminina, e as que saíam em sua defesa foram compreendidas como “mulheres que queriam virar homem”. Essa e outras definições e interpretações foram amplamente divulgadas, com o propósito de barrar a luta feminista nesse primeiro momento, que se concentrava na conquista de direitos políticos, defesa do trabalho feminino e da elevação intelectual da mulher. Essas reivindicações eram vistas como aberrações e contrárias a sua natureza.

Os textos apresentados na abertura do capítulo são demonstrativos desse debate, que tem, de um lado, mulheres em busca de emancipação e de uma efetiva participação na sociedade; e, de outro, representantes do Estado, da classe dominante e da Igreja Católica, que combatiam tal emancipação em defesa de um verdadeiro papel social para as mulheres. Sobre o processo de construção de um ideal feminino adequado às mulheres de determinada época para atender a certos padrões morais, a historiadora Michelle Perrot (2007) afirma que “as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas”, o que resulta em “descrições e discursos pautados em preconceitos e concepções que visam a uma normatização centrada nos padrões morais considerados adequados para a mulher da época em estudo” (PERROT, 2008, p.17).

Seguindo esse propósito, o texto do Padre Paul Coulet, apresentado na abertura do capítulo, é parte de uma longa conferência encomendada por D. Sebastião Leme¹⁸ ao

¹⁷ Nos anos de 1920, os Estados Unidos exportavam para o mundo um modelo de mulher moderna livre e emancipada, representado em produtos, na moda, na publicidade e no cinema. A cultura da modernidade e da urbanidade absorvia as mensagens do feminismo e divulgava-as sob a forma da mulher americana moderna.

¹⁸ Dom Sebastião Leme foi nomeado arcebispo de Recife e Olinda em 1916, data em que publicou a famosa carta pastoral, que marcou o início de um novo período na história da Igreja no Brasil. Anos depois, foi

padre, educador e filósofo francês pertencente à Companhia de Jesus. A conferência¹⁹ sobre “*O papel normal da mulher e seu destino pessoal*”, realizada no Rio de Janeiro no dia 26 de junho de 1931, tinha o objetivo de combater, por meio do discurso católico, os avanços que a chamada vida moderna passara a exigir das mulheres e as mudanças em torno do lugar que ocupavam ou deveriam ocupar na sociedade, questionando a “moderna função da mulher” e definindo o que seria “o verdadeiro papel feminino” nesse momento de tantas mudanças que marcava a época.

Com a finalidade de definir um perfil feminino cristão adequado, Padre Coulet critica o movimento feminista por considerar que ele impede a ação de Deus no meio feminino e por incentivar a mulher a assumir espaços na sociedade e abandonar sua missão de mãe e de esposa, o que era considerado o destino natural da mulher. Segundo esse religioso, “é preciso que a mulher compreenda o que Ela é e para que Deus a criou”. Seu discurso com o propósito doutrinário de ordenar fiéis e a sociedade como um todo tinha como instrumento legitimador a instituição católica, que controla seus fiéis seguindo as leis de Deus. E como representante dessa doutrina religiosa, defende uma moral cristã que estabelece a função de mãe e de esposa como uma vocação feminina “orientada moral e fisiologicamente”.

Ao concluir que “sua verdadeira grandeza e felicidade não poderão igualar-se em **tudo** ao homem ou em **tudo** querer substituí-lo”, o padre reconhece que a mulher pode até desempenhar outras atividades além da de mãe e de esposa, entretanto essas atividades deveriam ser reconhecidas como adequadas às vocações femininas e condicionar suas escolhas a uma conduta moral cristã.

As afirmações do Pe. Coulet correspondem a uma preocupação da Igreja e da sociedade da época, que defende um projeto de modernização, mas que, ao mesmo tempo, procura definir quais os espaços adequados ao segmento feminino, porque a ideia de que a mulher não poderá igualar-se em “**tudo**” ao homem era uma evidência e

arcebispo do Rio de Janeiro e se tornou um eminente líder da Igreja Católica no Brasil, no período de 1921, até a sua morte em 1942. Ao assumir o cargo de arcebispo de Olinda, e ao longo de toda a sua vida, D. Sebastião Leme foi um incansável na luta contra os inimigos da Igreja, convocando religiosos, leigos e fiéis a participarem dessa luta a favor do catolicismo brasileiro. Ele queria que a “maioria católica” se mexesse, que fizesse valer sua força em defesa dos princípios cristãos e católicos. Homem de propósitos rígidos, mudou a face da Instituição e delineou seus objetivos, representando seu apogeu de domínio durante o período da presidência de Getúlio Vargas.

¹⁹ A referida conferência foi publicada em vários jornais, como *O Jornal* (RJ), *o Jornal do Brasil* (RJ), *o Correio da Manhã* (RJ) e o *Jornal “Diários Associados”*, cadeia jornalística que se estendia de Pernambuco a Porto Alegre, e “cuja penetração atingiu os mais remotos recantos do país”, com o propósito de informar as mulheres de todo o Brasil qual era o seu “verdadeiro papel na sociedade”.

uma preocupação. Ocupar “**todos**” os espaços e substituir o homem em “**tudo**” era uma ideia considerada apavorante para uma sociedade que alimentava o machismo e uma estrutura patriarcal.

É importante ressaltar que a referida conferência foi realizada em meados do ano de 1931, período em que havia uma preocupação com a reorganização da sociedade brasileira pós-revolução de 1930 e marcado pela aproximação da Igreja com o Estado, na qual Sebastião Leme e Vargas se tornaram aliados no projeto de normatização e ordenamento social. Nesse contexto, definir um papel social adequado para as mulheres também era uma preocupação a ser atendida, considerando as conquistas femininas alcançadas pelo movimento feminista.

A emancipação feminina, através do trabalho e de outras atividades desempenhadas na sociedade, era compreendida como uma ilusão e um grande equívoco, pois retirava a mulher do seu “papel verdadeiro” para lhe **emprestar** uma função que não era a sua e que poderia ser tomada de volta a qualquer momento. Isso gerava uma falsa emancipação, pois “procurava equiparações illusionaes nas aptidões e nos destinos terrenos aos dois sexos... a mulher é e sempre será mulher e que nunca se poderá confundir com o homem”.

Ele reforça afirmando que o papel da mulher na sociedade é o de mãe, esposa e dona de casa e que o lar é o seu lugar, onde ela é edificada e respeitada. Para tanto, “é indispensável que a mulher compreenda bem que Ela é uma mulher e não um homem e que Ela é uma pessoa e não uma coisa”. Ao concluir a conferência, convoca todas as mulheres para assumir o seu destino natural e pede para “que as mulheres de hoje e de amanhã reconheçam a sua verdadeira missão na terra e saibam sempre desempenhá-la bem”.

Em resposta à palestra do Padre Coulet e como portadora de um discurso em defesa da mulher moderna, a escritora e jornalista, Sílvia Serafim, publicou, no mesmo jornal, alguns dias depois da conferência, um texto em que criticava as ideias do padre e defendia, dentre os direitos femininos, o direito de a mulher ter uma profissão e uma formação intelectual que lhe habilite a concorrer a uma profissão que lhe garanta a condição de uma vida digna, sem precisar ficar sob a tutela e a condição de um homem que poderá lhe faltar, deixando-a em situação difícil economicamente.

Sílvia Serafim critica as teses do padre, afirmando que suas ideias cristãs não acrescentariam nada de novo aos “argumentos já muito rebatidos”, porque era

recorrente o discurso que se colocava contra a emancipação feminina e em defesa da mulher-mãe. Para a jornalista, o orador francês se utiliza de untuosa cautela quando se refere ao movimento feminista e suas consequências, porquanto entende que,

é uma realidade incontestável e com a qual devemos necessariamente contar'. E reconhece ainda que 'esse movimento tem uma razão de ser'. E adiante escorrega ainda: "pode sem dúvida (a mulher) renunciar a essa dupla função (mãe e esposa), pode encontrar-se algumas vezes na impossibilidade de seguir essa "vocação" natural do casamento e da maternidade. É necessário então que possa viver dignamente por si própria e encontrar nas ocupações conforme suas aptidões especiais uma utilização frutuosa de seus recursos femininos e uma derivativa útil as suas necessidades afetivas". (O JORNAL – 05 de julho de 1931 – RJ)

Carregado pelas ideias conservadoras da Igreja, da qual é representante nesse momento de "recuperação" do meio feminino, num contexto em que o feminismo, cada vez mais, conquista espaços, reconhece, com a sutileza necessária, o movimento feminista como uma realidade incontestável, mas que precisa ser ajustado aos modelos cristãos, e isso significa que a mulher poderia buscar sua emancipação, desde que atendesse "às aptidões especiais" do seu sexo, desempenhasse atividades apropriadas para as habilidades inatas a ela e desenvolvesse uma ocupação essencialmente feminina e aceita pela sociedade para a mulher, como o magistério, por exemplo, entendido como um prolongamento das atividades maternas.

Seguindo com as críticas e levantando a bandeira do direito ao acesso à educação superior e a uma profissionalização por meio da qual as mulheres possam ocupar cargos que lhes proporcione mais independência, Sílvia Serafim afirma:

Para que a mulher possa viver dignamente é preciso que ela tenha seu meio de vida, e esse não pode ser algum dos de classe inferior, profissões penosa e pouco remunerativas a que até há pouco estava confinada a atividade feminina, como costureira, datilografa, mera secretária de escritório, etc.. (O JORNAL – 05 de julho de 1931 – RJ)

Essa autora defende o direito de a mulher ter uma educação superior como forma de alcançar a referida dignidade no mundo do trabalho e que a condição de ser mãe e esposa deve ser uma escolha da mulher, e não, uma vocação da qual ela não deve fugir. Para a escritora, a mulher tem o direito de escolher o seu destino, considerando que,

si para tanto Ella tiver inteligência e desembaraço, pode e deve ingressar nas profissões superiores, verdadeiramente independentes. Ora, essas não se

improvisam, como as outras em poucos meses. Exigem o preparo técnico de anos. Agora pergunto eu: a mulher que estudou e praticou uma carreira qualquer e tomou gosto, como é natural, pela sua profissão, gastou anos para vencer nela deve, derrepente abandona-la para renunciar a seu próprio eu e ir apenas completar o eu do homem? E como pode uma menina de 16 anos, idade em que principiam os estudos superiores, saber se tem ou não a “vocação” do casamento, se terá ou não ensejo, anos adiante, de ser esposa e mãe, sem se dedicar a caça incondicional do marido? Realizado embora o seu destino natural de mulher, quem pode afirmar que essa realização tenha durabilidade? Viúva ou companheira infeliz de um homem inutilizado para sustenta-la e aos filhos, não se arrependera então amargamente interrompida, já então em época em que penoso e quase improfíquo será o recomeçar? (O JORNAL – 05 de julho de 1931 – RJ).

Através de seu discurso, defende que as mulheres têm o direito de escolher livremente o seu destino e o que querem para suas vidas sem sentir culpadas por estar negligenciando uma natureza que foi socialmente construída com o intuito de definir um papel social mais adequado para o seu sexo. O discurso defendia o direito de as mulheres terem ideias próprias, e não, somente, de seguir os padrões morais que a sociedade impunha.

Esse desejo, apresentado através do texto da jornalista, representa um grupo de mulheres que, por lutarem pelo direito de ser livres, foram compreendidas como contrárias ao que se pretendia para a norma vigente. Assim, contestando a exclusividade do papel de mulher-mãe como sendo único futuro destinado a mulher, replica:

Procurando cercear essas concessões assim cautelosamente dadas, resuscita o padre Coulet o velhíssimo argumento de que: a mulher foi feita para ser esposa e mãe. Sobre que a mulher foi feita para ser mãe, responde-lhe, não eu, mas nosso Tobias Barreto em 1879, que a mesmíssima frase pronunciada por um Sr. Malaquias, colega seu na assembleia de Pernambuco, que não era pregador nem francês, replicou por entre o riso da assistência: “Da licença que eu refute esse principio com um outro, não menos vulgar? Sim, a missão da mulher é ser mãe da mesma forma que a missão do homem é ser pai. (O JORNAL – 05 de julho de 1931 – RJ).

O tema sobre a emancipação feminina e sua efetiva participação na sociedade foi um debate que teve como interlocutores a Igreja Católica (representada por padres, bispos, arcebispos e pelo laicato católico), os indivíduos da ala conservadora da sociedade, os menos conservadores, os progressistas, as feministas e os que as apoiavam.

Concordo com Gomes (2009), quando afirma que, nessa época, o que se observa é uma riqueza na produção de ideias e suas formas de expressão, cujos agentes são membros da sociedade civil organizada em torno de autênticos projetos de intervenção

social, que marcaram as três décadas iniciais do Século XX. Movimentos associativos de cunho nacionalista, sanitaria, feminista etc., que realizavam ações por meio de conferências, campanhas, artigos de jornais, revistas etc..

A mudança nos hábitos femininos representava uma ameaça para as tradições familiares que redefiniam os papéis sociais e desviavam a mulher de seu “verdadeiro papel” social para questões masculinizantes, consequência da má formação feminina nos novos tempos, como ressalta a crônica de Yamilé, publicada no Diário de Pernambuco, com o título de “Entre o amor e a ciência”, em que denuncia a nova condição feminina na sociedade.

A cultura feminina quando pouco sólida e mal orientada, provoca um desequilíbrio profundo, inevitável. Traz egoísmo que se manifesta por uma tendência anti-social. Desperta hábitos anti-femininos, o que importa numa desordem ainda mais lamentável. O casamento e a organização da família têm encontrado sérios obstáculos nessa corrente masculinizadora... A mulher moderna dona de relativo conhecimento, olha no amor uma diminuição. E já não quer ser perturbada no seu castelo de cartas... Sacrifica por vezes, inclinações de generosidade, de altruísmo baseada naquele ideal de orgulho, que foi um desvio de sua formação, trabalhada, insignificante, por isso mesmo ostensiva e vaidosa. A instrução séria, completa no mais alto grau é uma aspiração legítima de toda a humanidade. E não apresenta empecilho para ninguém. Pelo contrário, a mulher verdadeiramente ilustrada equivale ao fator de maior importância no progresso humano. Com a noção, o senso de responsabilidade, ela será um elemento poderoso na família, na sociedade, no mundo coletivo e ainda no terreno superior das ciências e das artes [...]. YAMILÉ. “Entre o amor e a ciência”. (Diário de Pernambuco, coluna Diário Social, p. 08. Recife, sexta-feira, 06/01/1934).

Como defensora e divulgadora dessas ideias, a *Revista Feminina* publicou uma palestra realizada pelo Sr. Tristão de Athayde para a Liga das Senhoras Católicas, em São Paulo, cujo objetivo foi de explicar às senhoras presentes “a falsa concepção da mulher” e informá-las sobre “os seus três destinos sociais: doméstico, social e religioso”.

A referida palestra, intitulada “Os destinos da mulher na sociedade contemporânea”, sinalizava para as preocupações com o segmento feminino da época, cujo resultado consistia em definir quais atividades eram apropriadas e convenientes para o seu sexo na sociedade moderna. O texto era um postulado que buscava orientar o meio feminino a seguir uma postura moral cristã numa sociedade marcada por transformações.

Segundo Tristão de Athayde, pseudônimo do intelectual católico Alceu de Amoroso Lima²⁰, as mudanças no comportamento feminino urbano foram resultados da guerra europeia, que fez uma transformação radical em toda a estrutura social do mundo. “A sociedade inteirada do valor de cooperação da mulher, exalta as suas qualidades que por sua vez tudo exige da sociedade”. Tal situação permitiu que a mulher “reivindicasse a legítima posição a que verdadeiramente tem direito”, como as atividades políticas e econômicas que eram desempenhadas exclusivamente por homens e que “hoje estão sendo desempenhadas proficientemente pela mulher” (Revista Feminina, São Paulo, maio de 1935, vol. 252).

Ao mesmo tempo em que defende a participação da mulher na sociedade, condena o feminismo por ser um movimento radical, que promove sua masculinização, e argumenta que essa concepção da “mulher-homem” é meramente individualista. Reafirma que a verdadeira concepção da “mulher-feminina” é a cristã, revelada como a “harmoniosa adequação do homem e da mulher”, na qual o papel feminino é o de complementar a vida do homem, “formando um só todo, uma unidade perfeita”. Seguindo esse propósito, chama a atenção para a urgente necessidade de preparar a mulher para o lar. “É de capital importância a preparação da mulher para ser mãe e esposa. Diz que há escolas para todas as especialidades, mas se esquecem os responsáveis da formação da mulher para o lar”.

Como o conferencista era um intelectual da Igreja Católica, é importante destacar que tal discurso tem o peso da instituição católica e assume o caráter de verdade, pois tem o respaldo católico e se constitui como um saber institucional e gerador de poder. Segundo Brandão (1991), o discurso é emitido racionalmente e com o fim de eliminar qualquer ameaça aos poderes instituídos. “A produção desse discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que tem por função eliminar toda e qualquer ameaça a permanência desse poder” (BRANDÃO, 1991, p. 32).

Nesse sentido, a hierarquia eclesiástica, contrária a uma mudança estrutural na sociedade, utilizou-se muito de seu discurso conservador como estratégia para garantir uma ordem tradicional cristã estabelecida e via no segmento feminino um elemento tanto de restauração quanto de perdição. A perdição, na maioria das vezes, foi analisada

²⁰ Sucessor de Jackson de Figueiredo (fundador e dirigente máximo da revista *A Ordem* e do Centro D. Vital) ambos, figuras ativas no processo de constituição dos movimentos católicos a partir dos anos de 1920.

como resultado de uma época moderna marcada por transformações geradoras de desequilíbrios, entre eles, o da estrutura social, na qual cada sexo tinha o seu lugar bem definido.

Com o propósito de estabelecer uma estrutura social tradicional de base patriarcal, em que a mulher não abandonasse as atividades do lar, foram pensados três destinos possíveis para o segmento feminino da época: “**o doméstico, o social e o religioso**”. As contradições entre uma tradição fundada na moral e nos costumes cristãos e uma sociedade influenciada por novos padrões que a vida moderna passava a impor formaram a base construtiva do debate, e um dos principais pontos destacados nos inflamados discursos foram os destinos da mulher na sociedade moderna brasileira.

Era preciso definir, dentro dos padrões morais tradicionais cristãos, quais os destinos adequados para as mulheres, o que lhes era permitido e aceitável numa sociedade que se esforçava para ser moderna, mas não abria mão da moral, dos bons costumes e da estrutura social estabelecida.

O destino doméstico: O “Anjo do Lar” como modelo feminino ideal

“O Anjo do Lar²¹”

Ela era extremamente simpática. Imensamente encantadora. Totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio familiar. Sacrificava-se todos os dias. Se o almoço era frango, ela ficava com o pé; se havia ar encanado, era ali que ia se sentar – em suma, seu feito era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões e vontades dos outros. E acima de tudo – nem era preciso dizer – ela era pura. Sua pureza era tida como sua maior beleza. (WOOLF, 2012, p.12).

Woolf, que descreve resumidamente o “Anjo do Lar”, afirma que ele definiu a condição feminina do Século XIX e esteve presente em muitas mulheres do Século XX, inspirando seu papel na sociedade. A citação acima foi extraída do texto que Woolf leu para a Sociedade de Auxílio às Mulheres, em 21 de janeiro de 1931, em que ela fala para as mulheres que, por serem “de uma geração mais jovem e feliz, talvez não tenham ouvido falar dele”, talvez não soubessem quem era o citado “Anjo do Lar”.

Ao se dirigir dessa forma as suas ouvintes, Woolf sinaliza para um período em que as mulheres poderiam ser mais do que simplesmente mães e donas de casa, numa

²¹ O “Anjo do Lar” foi o nome dado à heroína do poema de Coventry Patmore (1823-1896), no qual ela representava um ideal feminino construído para as mulheres do Século XIX e que se buscava perpetuar para as mulheres do Século XX. O poema celebrava o amor conjugal e idealizava o papel doméstico das mulheres.

época em que as mulheres deveriam exercer novas e várias profissões, a maioria delas pela primeira vez. Entretanto, apesar das novas possibilidades que se abriam para as mulheres, o “Anjo do Lar” ainda assumia uma presença muito forte e bem definida no início das primeiras décadas do Século XX e ainda era a grande referência feminina da época. Porém também se modernizou, porquanto se exigia que ele se atualizasse para atender às necessidades dos novos tempos.

O projeto de modernidade republicana definia uma concepção de família, de infância e de mãe “modernas” como elementos fundamentais para a construção de um ideal de nação orientada pelos princípios políticos de civilização e de progresso. Nesse projeto, o papel de mãe também segue o caminho da modernização, desempenhando, nesse contexto, uma elevada função pública de teor patriótico. A mulher passou a assumir uma importante missão na sociedade que ultrapassava os muros do privado e possibilitava que redefinisse sua função social. Com a missão patriótica de gerar os futuros cidadãos para o país, sua missão de mãe não deveria ser apenas resultado de instintos inerentes à natureza feminina, mas também produto de um aprendizado cientificamente organizado e transmitido. Os principais defensores desse propósito foram os médicos que, embasados nos princípios atualizados de higiene e de sanitarismo, mobilizaram-se para divulgar o discurso de maternidade científica.

Essa nova dimensão da mulher na sociedade, permitida pelo discurso científico e politizador da maternidade, passou a ser compreendida como a chave para o progresso e a civilização do país, o que contribuiu para o crescimento do diversificado movimento feminista, que vinha ganhando visibilidade no início do Século XX no Brasil, pois confere à mulher um papel social que vai além do espaço privado do lar. Reconhece na mulher o papel de cidadã consciente e capaz de exercer funções sociais sem abandonar o papel prioritário da maternidade. Essa ideia de compatibilidade de papéis públicos e privados desempenhados pela mulher, na época, constituiu a base do discurso de emancipação feminina (FREIRE, 2009). Nesse contexto, recai para a mulher o papel de “salvadora da pátria”, já que família, infância e maternidade eram compreendidas como um campo de exclusiva responsabilidade feminina, o que gerava uma nova dimensão do que era ser mulher na sociedade moderna.

Maria Martha de Luna Freire (2009), ao analisar o discurso maternalista no Brasil, em seu livro, *Mulheres, mães e médicos*, afirma que, no início do Século XX, principalmente na década de 1920, a maternidade assumiu outras dimensões, com o

caráter de cientificidade e modernidade, que a transformou em espaço de valorização e inserção das mulheres no espaço público e na vida social mais ampla.

O ideário de “maternidade científica” era parte integrante do projeto republicano de modernização/civilização do país, cujo objetivo era o de construir uma nova nação brasileira baseada nos moldes científicos avançados internacionalmente. Para Freire (2009), a maternidade foi alçada à dimensão de questão de ordem pública e deveria ser amparada e protegida, fazendo emergir um movimento em defesa da necessidade urgente e imperiosa de educar as mulheres para o exercício da maternidade.

O discurso médico-sanitarista foi de grande importância para legitimar esse modelo símbolo da mulher ideal, pois conferia a ele o *status* de cientificidade que lhe atribuía um caráter de verdade. A favor da família e, especificamente, em defesa das crianças, esperança do desenvolvimento da nação ou futuros cidadãos, reforçam os discursos normativos que definem o lugar da mulher na sociedade no sentido de construir a identidade de mãe e de esposa. Num processo de valorização da mulher, representada pela figura de “guardiã do lar”, atribuiu-se a ela a “missão sagrada” e a “vocação natural” de procriar, como demonstravam as teses de Medicina das Faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro desde meados do Século XIX.

Havia uma preocupação, também, por parte do Estado e da sociedade, representada pelos intelectuais, em promover uma formação com o objetivo de preparar a mulher para atender às exigências da sociedade moderna, destinando-as a uma atividade mais efetiva, conciliada com a formação de mãe e de esposa cientificamente.

O artigo “Educação Feminina”, publicado por Rubião de Alencar em 1921, pela revista paraibana *Era Nova*, defende a educação doméstica como a mais adequada para as mulheres da época, capaz de prepará-las para a vida cotidiana e doméstica. Para o articulista, diferente dos estabelecimentos modernos, “que, por ensinar tudo, não ensinam coisa alguma [...], pensamos que a mulher não aproveitará toda essa barrafunda de coisas que contém os programas de ensino moderno”, o qual só iria prepará-la “para a vida fútil da sociedade”, e que tal instrução peca por não preparar as mulheres para “as principais prendas domésticas” das quais se “valerão na vida prática” (João Pessoa, Revista *Era Nova*, março de 1921).

Buscava-se educá-las com o propósito de que tivessem acesso ao conhecimento da ciência moderna e o que ela trazia de novo, mas um conhecimento de forma controlada e que fosse utilizado dentro do lar, na educação dos filhos, e não, fora dele,

desempenhando atividades consideradas de exclusividade masculina. Era uma educação voltada para o lar, e não, para a emancipação feminina.

O empenho na construção de uma identidade feminina associada ao “anjo do lar” é recorrente, numa época de incertezas e de transformações, inclusive, nos padrões morais, que convidam a mulher para participar mais da sociedade, em que ela tem a possibilidade de deixar de ser apenas objeto para se tornar sujeito de sua própria história. Dessa forma, elas se apropriam do discurso da maternidade científica como um caminho por meio do qual poderá fortalecer uma identidade feminina “moderna”, tanto no espaço privado do lar, quanto no espaço público do trabalho, da política, da imprensa, etc., marcando o período entre guerras no Brasil e na Europa.

O destino social e a morte do “Anjo do Lar”

“E quando eu estava escrevendo aquela resenha, descobri que, se fosse resenhar livros, ia ter de combater um certo fantasma. E o fantasma era uma mulher, e quando a conheci melhor, dei a ela o nome da heroína de um famoso poema, “O Anjo do Lar”. Era ela que costumava aparecer entre mim e o papel enquanto eu fazia as resenhas. Era ela que me incomodava, tomava meu tempo e me atormentava tanto que no fim matei essa mulher. Fui pra cima dela e agarrei-a pela garganta. Fiz tudo para esganá-la. Minha desculpa, se tivesse de comparecer a um tribunal, seria legítima defesa. Se eu não a matasse, ela é que me mataria. ... No fim consegui, e me orgulho, mas a luta foi dura; levou muito tempo ... mas foi uma experiência real; foi uma experiência inevitável para todas as escritoras daquela época. Matar o Anjo do Lar fazia parte da atividade de uma escritora”. (WOOLF, 1931, p. 11-14)

Ao relatar sua experiência profissional na Conferência para a Sociedade Nacional de Auxílio às Mulheres, Woolf afirma que a condição feminina lhe impunha muitas barreiras, muitos entraves. A luta era dura, era preciso agir em legítima defesa se quisesse livrar-se das amarras que lhe prendiam à exclusividade doméstica e ao fantasma que assombrava a todas que buscavam ser livres e independentes para fazer as escolhas que lhe conviessem, e não, as determinadas por uma imposição social.

O objetivo era de apresentar para as mulheres presentes que o trabalho feminino fora do lar era uma realidade possível para todas. Como escritora, Woolf (1931) refere que, quando começou a escrever, eram pouquíssimos os obstáculos concretos em seu caminho, pois “escrever era uma atividade respeitável e inofensiva, o riscar da caneta não perturbava a paz do lar”, e que o caminho já havia sido aberto muitos anos atrás por outras escritoras. Entretanto, o que a perturbava não eram os obstáculos concretos, mas os representados pelos padrões morais da época que determinavam um modelo

feminino em que a mulher não podia ter opinião própria. Ela deveria ser meiga, afável, lisonjeira e pura, agradar e conciliar, e não, o contrário: uma mulher que fala o que pensa, que contesta, que discute. Entretanto, para Woolf, a mulher só seria mulher quando conseguisse se expressar em todas as artes e profissões abertas às capacidades humanas.

Na verdade, penso eu, ainda vai levar muito tempo até que uma mulher possa se sentar e escrever um livro sem encontrar com um fantasma que precise matar, uma rocha que precise enfrentar. E se é assim na literatura, a profissão mais livre de todas para as mulheres, quem dirá nas novas profissões que agora vocês estão exercendo pela primeira vez? ... Mesmo quando o caminho está nominalmente aberto – quando nada impede que uma mulher seja médica, advogada, funcionária pública -, são muitos, imagino eu, os fantasmas e obstáculos pelo caminho. Penso que é muito bom e importante discuti-lo e defini-los, pois só assim é possível dividir o trabalho, resolver as dificuldades. Mas além disso, também é necessário discutir as metas e os fins pelos quais lutamos, pelos quais combatemos esses obstáculos tremendos. Não podemos achar que essas metas estão dadas; precisam ser questionadas e examinadas constantemente. (WOOLF, 1931, p.17).

Muitos discursos foram dirigidos a favor e contra as conquistas femininas. Para muitos, inclusive um grande número de mulheres conservadoras, as recentes conquistas femininas na política, no direito e no trabalho representavam uma ameaça. Mais que uma possível e indesejada concorrência com o elemento masculino nos domínios agora compartilhados, temia-se que, com as novas ocupações, a mulher abandonasse o espaço doméstico (ARAÚJO, 2003, sp.). Apesar das críticas contra o trabalho feminino, que retirava a mulher de sua “verdadeira” missão, a Igreja se utiliza de alguns critérios para tornar o trabalho feminino fora de casa aceitável, desde que estivesse de acordo dos padrões cristãos.

Segundo Azzi (2008), a profissionalização da mulher, admitida e promovida pela Igreja, regulava-se por três critérios fundamentais: em primeiro lugar, as profissões deveriam ser condizentes com a condição feminina católica, caracterizada pelo espírito de sacrifício e doação. Segundo, o trabalho feminino deveria ter, sobretudo, uma dimensão missionária de conquista e de fortalecimento da fé. E, por último, ela jamais poderia competir com o domínio masculino, e o trabalho feminino deveria ser compreendido como a presença católica no âmbito profissional.

Seguindo esses critérios, a hierarquia eclesiástica selecionou três profissões consideradas adequadas ao meio feminino: a de assistente social, a de enfermeira e a de professora primária.

Em muitas localidades, a Escola Normal era a principal forma de promoção social para a mulher. Para lá convergiam todas aquelas que almejavam estudar e tirar o curso normal, único curso que realmente vinha atender as necessidades das famílias e o único até então, aceito pelos pais, e pela sociedade em se tratando de moças (AZZI, 2008, p. 141).

A formação para o magistério primário exigia das mulheres mais do que o instinto maternal para lidar com as crianças, pois, em seu currículo, deveriam constar honestidade, boa conduta e respeito aos padrões da época. Isso demonstra que o perfil da professora primária era socialmente construído em torno da mulher honesta, casada, boa mãe, fiel, laboriosa e dessexualizada. Sobre essa questão, Anamaria G. Bueno, em seu estudo sobre as normalistas sergipanas, afirma que a possibilidade de exercer uma profissão socialmente permitida garantia às mulheres a oportunidade de transcender o âmbito doméstico na busca de realização e independência social e econômica.

Até a década de 1930, a Escola Normal gerida pelo Estado ou instituições religiosas mesmo com todas as limitações que continha, desempenhou papel relevante na formação cultural da mulher brasileira. O magistério entendido como um prolongamento das atividades maternas, passa a ser visto como uma ocupação essencialmente feminina e, por conseguinte a única profissão plenamente aceita pela sociedade para a mulher. (AB, p34, nota 16).

À medida que a industrialização abria espaços para as mulheres no mercado produtivo, trazia uma sobrecarga para a mulher, que deveria conciliar o trabalho fora do lar com os afazeres domésticos, assim como uma divisão sexual econômica, em que ela recebia menos, como justificativa de não ser a provedora da renda familiar.

As mulheres haviam comprovado, na prática, sua capacidade produtiva e buscavam o reconhecimento da igualdade de competências entre os sexos que os postulados científicos já haviam comprovado. Elas queriam ir além, ser mais do que somente mãe e esposa. Entretanto, esse modelo de mulher emancipada e capaz, que se inseria cada vez mais na sociedade, não combinava com o projeto de nação defendido pelo poder público, cuja base era o fortalecimento da família, e a personagem principal, a figura da mulher-mãe.

O trabalho feminino era aceitável se fosse para lhe garantir uma vida “honesta,” que consistia em ajudar o marido ou os pais em momentos de dificuldades financeiras na família. Entretanto, era compreendido como acessório e temporário, e isso justificava o ganho diferenciado entre homens e mulheres e abafava o grito doloroso daquelas que ousaram denunciar as iniquidades que sofriam. Perversamente, acabou também por

circunscrever a família ao “lar feliz”, onde a mulher é apresentada como “rainha”, escamoteando-se, assim, o drama da história, os conflitos, as diferenças e as relações de poder que se processam no interior dos seus lares (MALUF & MOTT, 1998, p. 421).

Em geral, a passagem da vida doméstica, privada e familiar para a coletiva, pública e social, processou-se mediante o ingresso nas associações religiosas, a princípio, e nas de caridade, em seguida. As barreiras enfrentadas pelas mulheres, para participarem do mundo do trabalho, eram enormes, independentemente da classe social que representavam. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas sempre tiveram de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino”. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção, começavam pela hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. O “bom partido”, que levaria ao futuro garantido, batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter sucesso em suas profissões (RAGO, 2004, pp. 581-82).

Apesar dos esforços para garantir a mulher no lar, a presença feminina nas ruas, ocupando funções ditas masculinas, era evidente. O clamor da Igreja em conservá-la no santo lar esbarrava, em muitos casos, num desejo de retorno que não cabia mais. A experiência feminina com o trabalho fora de casa lhe garantia certa liberdade e, algumas vezes, a independência feminina, que muitas não estavam dispostas a abandonar em favor da exclusividade da vida privada do lar. O trabalho feminino permitiu que as mulheres passassem a buscar mais direitos.

O destino religioso: uma prática social e catequética

A participação feminina na sociedade, desempenhando atividades de cunho assistencialista e político, foi aceita pela Igreja Católica e até incentivada, quando atendia aos propósitos cristãos. No período pesquisado, muitas associações femininas de orientação católica desenvolveram atividades que estavam de acordo com o propósito de recristianização da sociedade desenvolvido pela Igreja, a partir da década de 1920, com o objetivo de se tornar mais presente na sociedade e atrair os fiéis para a doutrina católica. Essa era uma forma de evitar os desvios dos costumes proporcionados pelas novidades da época.

Naquele momento, ter o apoio das mulheres das elites era sobremaneira importante para conquistar esse segmento social e os objetivos que, até então, a Instituição almejava. A mulher, como responsável pelo lar, pela educação dos filhos e pela influência sobre os seus, foi a imagem que a Igreja não somente cuidou em preservar como também enalteceu, conclamando-a para uma luta em defesa da família, da religião e da pátria.

Era preciso cristianizar a sociedade brasileira, visto que o Estado organizado pelo sistema republicano havia abandonado Deus de suas instituições, porque era preciso livrar a pátria das mãos maléficas do liberalismo, do positivismo e do protestantismo. Portanto, nessa linha de pensamento, a Igreja declarava, por meio dos seus veículos de imprensa, que era necessário cristianizar a República.

O Estado laico que determinava o ensino leigo foi um dos principais alvos de condenação por parte da Igreja. A luta da Instituição em relação à educação consistia na defesa da catequese católica, ou seja, era muito mais do que levar orientação católica aos alunos, era cristianizar cidadãos e instituições, a finalidade era *catolizar* a pátria e combater, também, dessa forma, os seus inimigos. Nesse sentido, as mulheres, principalmente as professoras, foram convocadas para ministrar aulas de catecismo com o propósito de dar uma formação cristã aqueles que foram privados da formação religiosa, constituindo uma “marcha” contra o laicismo.

Diante de tal realidade, o sexo feminino foi convocado para auxiliar a Igreja nessa missão de educadora cristã assumindo para si essa missão “salvadora” da sociedade. Às muitas mulheres pertencentes aos movimentos leigos femininos foi imposto o dever de ministrar aulas de catecismo, em estabelecimentos educacionais ou não, com o intuito de suprir a ausência do ensino religioso nas escolas e em outros lugares e de levar, segundo elas, a doutrina cristã aos que não tivessem contato.

A escolha da mulher, como instrumento indispensável nessa luta, estava relacionada às suas características “naturais”, consideradas ideais para desenvolver tarefas educativas e caridosas, como está descrito no texto abaixo:

Intelectualmente o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a organização e para a concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva. É, por isso, particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações (KIEHL, 1940 *apud*: IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 172).

As características acima apontadas deveriam pertencer a todas as mulheres que estivessem dentro dos padrões morais aceitáveis pela sociedade. Em síntese, a mulher era feita para ajudar. Foi nesse sentido que elas colocaram em prática suas obras assistencialistas, pois, como mulheres, viam-se dotadas de grande paciência e sacrifício para servir aos seres fracos, às crianças e aos pobres.

Essas mulheres que aceitavam a idealização de seu gênero como uma vocação “natural” para as tarefas educativas e caridosas assumiam a “consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades”. Portanto, com essa consciência, elas assumem uma participação ativa na sociedade, no sentido não só de serem como elementos indispensáveis para tal missão como também de influenciarem aquelas que não tinham tomado essa consciência (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005, p.172).

Nessa perspectiva, afirmam os autores que o apostolado social permitia que essas mulheres, com suas qualidades “naturais”, participassem ativamente do empreendimento político e ideológico de sua classe e defendessem seus interesses. Paralelamente, sua posição de classe lhes facultava um sentimento de superioridade e de tutela em relação ao proletariado, que legitimava sua intervenção.

Nesse momento, o papel da mulher, como formadora de opiniões e educadora “natural”, foi evidenciado pela Igreja Católica, pois reforçou o papel feminino como responsável pela missão de cristianizar a sociedade e manter a ordem, ao mesmo tempo em que a Igreja se colocava como representante dessa mulher cristã, que passava a assumir, nesse momento, o papel de salvadora da pátria, que tinha como objetivo principal, a recristianização do meio feminino, e, por meio dele, *catolizar* a nação.

As conquistas femininas no campo social incomodavam aqueles que queriam manter uma ordem social já estabelecida, em que os papéis femininos e os masculinos deveriam ser distintos e bem definidos segundo a teoria patriarcal. Ao cenário feminino eram apresentadas possibilidades que ampliavam sua condição na sociedade, gerando incômodos e muitos questionamentos, entre eles: Como conduzir a mulher nos novos tempos? Como evitar que certas novidades invadam os lares? Como educar a mulher na modernidade? Como barrar os desejos de emancipação feminina? Como conciliar a

modernidade com a moral cristã e os bons costumes? Essas e outras questões permeavam a época.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. *Estudos avançados*, v.17 n.º. 49, São Paulo, 2003. pp. 133-150.

AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Terceira época: 1930-1964. Petrópolis- RJ: Vozes, 2008 – (Coleção História Geral da Igreja na América Latina).

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

FARIAS, Damião Duque de. *Em defesa da ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*. Editora HICITEC. São Paulo, 1998.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. **Prefácio**. In: FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GONÇALVES, Andréa Lisy. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 17ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

MALUF, Marina e MOTT, Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. IN: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral) e SEVCENKO, Nicolau (org. do volume). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma história da mulher*. São Paulo: EDUSC, 2000.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOHIET, Rachel. História das mulheres. IN: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 275-296.

WOOLF, Virgínia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Trad. Denise Bottmann. Porto Alegre: L&M, 2012.

FONTES E DOCUMENTOS CONSULTADOS:

ALENCAR, Rubião de. Educação feminina. *Revista Era Nova*: Parahyba, março de 1921.

ALMEIDA, José Américo de. Educação profissional da mulher. *A União*: Parahyba, 24 de novembro de 1927.

ATHAYDE, Tristão de. Os destinos da mulher na sociedade contemporânea. *Revista Feminina*: São Paulo, maio de 1935, vol. 252.

COULET, Pe. Paul. O papel normal da mulher e o seu destino pessoal. *O Jornal*: Rio de Janeiro 26 de junho de 1931.

GOUVEIA, Antônio E. O médico e a mulher, dois grandes fatores do progresso da pátria. *Revista Feminina*: São Paulo, abril 1927.

SERAFIM, Silvia. O Padre Coulet e a verdade sobre o feminismo. *O Jornal*: Rio de Janeiro, 05 de julho de 1931.

YAMILÉ. *Entre o amor e a ciência*. Diário de Pernambuco: Recife, 06 de janeiro de 1934.

Jornal *A União-Rio* - Ano: 1942 (Arquivo da Arquidiocese de Olinda-Recife).

Jornal *do Comércio* – Recife – Ano 1932 (Arquivo da Arquidiocese de Olinda-Recife).

Revista *Era Nova* – Ano 1922 (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano).